



# **CÂMARA MUNICIPAL DE SÁTÃO**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **AJUSTE DIRETO POR CRITÉRIOS MATERIAIS – ADCM - 01/2025**

ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (CCP),  
aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro na sua atual redação

#### **“Taxa anual de manutenção do Software ERP AIRC- 2025”**

## ÍNDICE

### Parte I – Cláusulas Jurídicas

- Cláusula 1ª – Objeto
- Cláusula 2ª – Contrato
- Cláusula 3ª – Prazo de Execução de Contrato
- Cláusula 4ª – Obrigações principais do Adjudicatário
- Cláusula 5ª - Objeto do Dever de Sigilo
- Cláusula 6ª - Prazo do Dever do Sigilo
- Cláusula 7ª – Preço contratual
- Cláusula 8ª - Condições de pagamento
- Cláusula 9ª – Aceitação do Serviço Prestado
- Cláusula 10ª - Penalidades contratuais
- Cláusula 11ª - Força maior
- Cláusula 12ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sátão
- Cláusula 13ª - Resolução por parte do Adjudicatário
- Cláusula 14ª - Foro competente
- Cláusula 15ª - Subcontratação e cessão da posição contratual
- Cláusula 16ª - Comunicações e notificações
- Cláusula 17ª - Contagem dos prazos
- Cláusula 18ª - Tratamento e Proteção de Dados Pessoais
- Cláusula 19ª - Legislação aplicável

### Parte II – Especificações Técnicas

- Cláusula 20ª – Enquadramento
- Cláusula 21ª – Condições de Execução

## **PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS**

### **Capítulo I**

#### **Disposições gerais**

##### **Cláusula 1ª - Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a regularização anual da taxa de manutenção do software ERP AIRC para o ano 2025, em conformidade com as especificações técnicas constantes da Parte II do presente Caderno de Encargos.

##### **Cláusula 2ª - Contrato**

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicadas.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

##### **Cláusula 3ª – Prazo de Execução do Contrato**

O contrato mantém-se em vigor até 31/12/2025, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

**Capítulo II**  
**Obrigações contratuais**  
**Obrigações do Prestador de Serviços**  
**Disposições gerais**

**Cláusula 4ª - Obrigações Principais do Prestador de Serviços**

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Prestar os serviços conforme as condições definidas neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- b) Garantir o serviço prestado;
- c) Não alterar as condições de prestação de serviços fora dos casos previstos neste Caderno de Encargos;
- d) Comunicar, antecipadamente, ao Município de Sátão os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços objeto do presente procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações.

2 – O Prestador de Serviços fica obrigado a prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que a prestação de serviço é efetuada, ministrando todos os esclarecimentos que se justifiquem no prazo indicado pelo Município de Sátão.

3 – Comunicar ao Município qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato celebrado e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.

4 – A título acessório, o Prestador de Serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, equipamentos, materiais e tecnologias que sejam necessárias e adequados à prestação do serviço, bem como à implementação da plataforma em perfeitas condições de utilização.

**Cláusula 5ª - Objeto do Dever de Sigilo**

1 – O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sátão, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 6ª - Prazo do Dever do Sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Obrigações da Câmara Municipal de Sátão**

##### **Cláusula 7ª - Preço Contratual**

- 1 – Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sátão deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada.
- 2- O preço referido no número anterior **não pode, em qualquer caso, ser superior a 29.420,00€ (vinte e nove mil e quatrocentos e vinte euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.**
- 3- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sátão, nomeadamente quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

##### **Cláusula 8ª - Condições de Pagamento**

- 1 – A quantia devida pelo Município de Sátão, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga mediante apresentação das faturas, as quais só poderão ser emitidas pelo prestador de serviços após receção das respetivas Requisições Externas passada pelo Município de Sátão.
- 2 – Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º1, a fatura será paga através transferência bancária num prazo máximo de 30 dias.
- 3 – Em caso de discordância, por parte da Câmara Municipal de Sátão, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

##### **Cláusula 9ª – Aceitação do Serviço Prestado**

- 1 – A prestação de serviço deve ser efetuada em perfeita conformidade com o presente Caderno de Encargos e nas demais condições contratuais estipuladas.

2 – Se a prestação de serviços não for executada no tempo e com os requisitos estabelecidos por razões imputáveis ao adjudicatário, a entidade pode:

- a) Exigir que os trabalhos decorrentes da prestação de serviços sejam corrigidos de acordo com o estipulado no Caderno de Encargos, num prazo a acordar entre as partes, sem quaisquer ónus ou encargos imputáveis à Entidade Adjudicante;
- b) Rescindir o contrato sem quaisquer ónus ou encargos da sua responsabilidade.

### **Capítulo III**

#### **Penalidades contratuais e Resolução**

##### **Cláusula 10ª - Penalidades Contratuais**

- 1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 2 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Sátão pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 30% do preço contratual.
- 3 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal de Sátão tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 4 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal de Sátão exija uma indemnização pelo dano excedente.

##### **Cláusula 11ª - Força maior**

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é considerado incumprimento a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 – Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;



- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

#### **Cláusula 12ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sátão**

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na Lei, a Câmara Municipal de Sátão pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente o incumprimento das especificações técnicas estabelecidas no presente Caderno de Encargos, bem como as condições previstas na proposta adjudicada.
- 2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Câmara Municipal de Sátão.

#### **Cláusula 13ª - Resolução por parte do Prestador de Serviços**

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 (noventa dias) ou o montante em dívida exceda 30% do preço contratual, excluindo juros;
- 2 – O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula 14ª.
- 3 – Nos casos previstos no nº1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Câmara Municipal de Sátão, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do código dos Contratos Públicos

## **Capítulo IV**

### **Resolução de litígios**

#### **Cláusula 14ª - Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **Capítulo V**

### **Disposições finais**

#### **Cláusula 15ª - Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 16ª - Comunicações e notificações**

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 17ª - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 18ª – Tratamento e Proteção de Dados Pessoais**

O adjudicatário compromete-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e outros pressupostos legais que lhe seja aplicável relativo a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo de vigência do período de execução contratual.

#### **Cláusula 19ª - Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa em vigor.



## Parte II – Cláusulas Técnicas

### Cláusula 20ª – Enquadramento

Atendendo à necessidade de assegurar o correto funcionamento dos serviços municipais, torna-se imprescindível proceder à manutenção e atualização do software ERP AIRC, atualmente instalado no Município de Sátão. Este software é essencial para a gestão eficiente dos processos administrativos e financeiros da Autarquia, garantindo a continuidade e a segurança das operações diárias.

A manutenção e atualização periódica do sistema são fundamentais para corrigir eventuais anomalias e otimizar o desempenho do sistema, assegurar a compatibilidade com as mais recentes atualizações legais e normativas aplicáveis à administração pública, garantir a segurança dos dados e a integridade das informações processadas pelos serviços municipais e, manter a interoperabilidade com outros sistemas utilizados pela Autarquia, evitando falhas operacionais que possam comprometer a prestação de serviços à população.

Assim, o presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a regularização anual da taxa de manutenção do software ERP AIRC para o ano 2025, através da execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva.

### Cláusula 21ª – Condições de Execução

1 - No âmbito do presente procedimento, o software ERP AIRC deverá integrar, para o ano de 2025, as seguintes aplicações/funcionalidades:

Designação
Conetor AIRCPay
Efe – Conetor de Faturação Eletrónica Inbound e Outbound
GES – Gestão de Stocks
Licenciamento de Base de Dados AIRC
MyDoc
MyDoc Mobile
Mynet Bu/Atendimento
MyNet Serviços Online
OAD – Obras por Administração Direta
OurCity
SAD – Sistema de Avaliação de Desempenho
SCE – Sistema de Controlo de Empreitadas

SGA – Sistema de Gestão de Água
SGC – Sistema de Gestão de Contra – Ordenações
SGF – Sistema de Gestão de Faturação
SGP – Sistema de Gestão de Pessoal
SNC – Sistema de Normalização Contabilística
SNP – Sistema de Normalização de Património
SNT – Sistema de Normalização de Tesouraria
SPO – Sistema de Processos de Obras
STA – Sistema de Tratamento de Atas
TAX – Gestão de Cemitérios
TAX – Gestão de Mercados e Feiras
TAX – Guias de Receita

2 - O contrato mantém-se em vigor até 31/12/2025, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.